*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE PERCUENTE IN
FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

THE AFFIRMATIVE ACTION IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: A DEEP
ANALYSIS OF THE CONSTITUTIONAL PRINCIPLE OF EQUALITY

Tayson Ribeiro Teles

Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Acre (UFAC)

RESUMO

O objetivo do presente estudo é analisar acurada e detalhadamente a atual Política de Cotas do Ensino Superior Brasileiro (público e privado), com especial análise das possíveis interpretações aplicáveis ao Princípio Constitucional da Igualdade coadunáveis à temática. Para o alcance do objetivo proposto utilizou-se como metodologia de pesquisa a leitura de bibliografia sobre o tema, bem como se efetuou cotejo e cruzamento entre pensamentos de vários autores especialistas na área. Os resultados que se podem inferir após a conclusão da pesquisa são que (I) a atual Política de Cotas Brasileira não fere o Princípio Constitucional da Igualdade, bem como (II) tal Política é necessária para corrigir comportamentos segregacionistas erigidos no passado pátrio e (III) a melhor interpretação aplicável ao debate é a de que as pessoas são sim iguais para a lei, mas, esta igualdade é apenas formal e, materialmente, na vida prática, as pessoas são diferentes. Assim, as Cotas do Ensino Superior são importantes e necessárias, porquanto ajudam a amenizar as desigualdades sociais do Brasil.

Palavras chave: Política de Cotas do Ensino Superior Brasileiro. Princípio Constitucional da Igualdade. Interpretações aplicáveis. Desigualdades Sociais.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze accurately and in detail the current affirmative action policy in Brazilian public and private universities as well as an analyzes of any possible application of the Constitutional Principle of Equality relevant to such policy. In order to achieve the proposed objective the methodology used consisted of reading about the subject, comparing and cross-referencing various experts in the matter. The study showed that the current affirmative action policy does not go against the Constitutional Principle of Equality. It was also concluded that such policy is needed to correct historical segregationist behaviors. Considering the social conditions in Brazil people are equal in the eyes of the law but in real life, it is not what happens. Thus, the affirmative action in higher education is important and necessary to soften social inequalities in Brazil.

Key words: Brazilian Affirmative Action Policy. Constitutional Principle of Equality. Applicable interpretations. Social inequalities.

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa produzirá análise acurada e detalhada da atual Política de Cotas do Ensino Superior Brasileiro (público e privado), com especial análise das possíveis interpretações aplicáveis ao Princípio Constitucional da Igualdade ligadas ao tema. Nesse rumo, para Bertúlio, Duarte e Silva (2011), as Cotas do Ensino Superior (público e privado) são um poderoso instrumento de inclusão social, porquanto essas Ações Afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, almejando remediar e minimizar um passado discriminatório, têm por objetivo acelerar o processo de concretização da igualdade social, com o alcance da equidade substantiva (material) por parte de grupos marginalizados e jogados ao vale da vulnerabilidade, como são as minorias étnicas, raciais, as mulheres e tantos outros grupos sociais.

Afirma Wanderley (2007), que as Cotas, espécie do gênero Ações Afirmativas, são medidas de exceção ao Princípio Constitucional da Igualdade e, por serem exceção a princípio tão valioso, submetem-se a dois principais requisitos de legitimidade e validade, quais sejam a relevância social e a provisoriedade. Em relação àquele, afirma-se que toda Ação Afirmativa deve ter um objetivo relevante para as sociedades e procurar promover a inclusão de grupos sociais marginalizados e, brutalmente, discriminados. A certo modo de enxergar, para o autor, diz-se que se trata de compensar os desequilíbrios existentes na sociedade. Já no que pertine a este último requisito, as Ações Afirmativas devem sempre se apresentar sobre um plano de temporalidade limitada, em caso contrário, estar-se-á criando privilégios para determinadas camadas das sociedades.

Nessa direção, consoante Gomes (2001), a Política de Cotas não se confunde com a definição de Ação Afirmativa. O Sistema de Cotas nada mais é do que uma espécie de Ação Afirmativa. Meio que um aspecto das Ações Afirmativas, as quais abrangem uma série de medidas sociais, como concessão de bolsas de estudos, elaboração de programas de distribuição de renda (Bolsa Família etc.) e de treinamento, ministração de cursos de reforço escolar para jovens e crianças e de

reciclagem para trabalhadores em atividade, ou em situação de desemprego involuntário etc.

DESENVOLVIMENTO

Em plano histórico, consoante Alberca (2011), as Ações Afirmativas nasceram e tiveram sua origem nos EUA, na década de 60, durante a presidência de Jonh Kennedy, como meio de promover a igualização entre negros e brancos norte-americanos, mas, hodierno, esta Política Social é adotada em diversos países europeus, asiáticos, africanos e latino-americanos, com as respectivas ressalvas e necessidades de cada região, sempre com o escopo de estabelecer preceitos, em conformidade com a lei e a ordem social, para a busca da igualdade entre todos e a conquista da existência das mesmas oportunidades.

Como preleciona Piscitelli (2009), as Ações Afirmativas, quer via Cotas no Ensino Superior ou não, visam, basicamente, à concretização do Princípio da Igualdade em sentido material (concreto). Nesse intento, é preciso que o Estado, inicialmente, desiguale os cidadãos, tendo em vista seu próprio estado originário de desigualação fática. Entretanto, para este autor, há que se ponderar, com circunspeção e parcimônia, que pela aplicação da regra da proporcionalidade, da necessidade e da adequação, as interferências estatais nesse processo devem ser limitadas, porquanto os sujeitos devem também ter mantida certa parcela da sua liberdade social.

A escolha do tema justifica-se, preliminarmente, pela elevada importância do assunto. Quando se fala de Cotas, está-se falando de sociedade, de política, de democracia, de república, de sentimentos, de direitos individuais e coletivos, de administração e gestão da educação superior etc. Bem como, está-se lembrando, em elevado relevo, do passado e estudando a história do mundo e do Brasil. Outrossim, o tema também possui vultosa relevância social na medida em que é mister minimizar as noções negativas que se tem sobre as Cotas do Ensino Superior

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

Brasileiro. Essas existem e atualmente fazem parte das Políticas Educacionais Brasileiras. Isso, pois o povo, por meio de seus representantes, permitiu a elaboração da 'Lei de Cotas' atualmente em vigor.

Nessa senda, o presente estudo delimita-se a pesquisar a relação entre a existência da Política de Cotas para acesso ao Ensino Superior Brasileiro (público e privado) e o Princípio Constitucional da Igualdade, mormente a determinar se tal Ação Afirmativa fere este princípio ou é por ele conformada. Nesse passo, para Rodrigues (2010), a igualdade é resultado de um constante processo evolutivo que oportuniza o alargamento de seu conteúdo e a produção de distintos e diferentes conceitos do que ela vem a ser, em si mesma. Além do que, para este autor, o sentido de igualdade pode sofrer variação, do mesmo modo que o seu correspondente oposto, a desigualdade. Esses dois conceitos, sempre fizeram parte das preocupações da humanidade, porquanto ser igual ou ser diferente, ainda nos dias atuais, atormenta o ser humano.

Referencial teórico

Rocha (1996) afirma que as Ações Afirmativas, nas quais se enquadram as Cotas, são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea (voluntária) ou compulsoriamente (obrigatoriamente), com o objetivo de amenizar desigualdades sociais historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensando perdas eliciadas pela discriminação e marginalização, resultantes de motivações raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outros. Assim, para esta autora, as Ações Afirmativas visam a combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações que ocorreram no passado.

Quanto ao Princípio Constitucional da Igualdade, Mello (2003) diz que a atual noção de igualdade, presente no Brasil, deriva das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX. Tais sublevações institucionalizaram o postulado do

Iusgentium, v.12, n.6 - jul/dez 2015

igualitarismo, proveniente da ética cristã, segundo o qual todos os seres humanos, somente por serem dotados de humanidade, são possuidores do mesmo *quantum* de dignidade. Nessa fase, o direito à igualdade surgiu como oposição aos privilégios reais absolutistas, ocasião em que a burguesia reivindicou à vez à igual dignidade de que gozavam os clérigos, os reis, os políticos etc. Para este autor, as pressões dessas revoluções impuseram ao Estado o dever de editar regras gerais e impessoais, não individualizadas ou específicas, a fim de distribuir-se os bens e as vantagens da sociedade de forma equânime, com base nas potencialidades humanas e não em privilégios de classe.

Atualmente a igualdade é albergada pela CRFB/88 como sendo um direito e uma garantia fundamental. Nesse foco, para Canotilho (2006), a Constituição de uma nação é um sistema normativo aberto formado por dois tipos de normas, os princípios e as regras, ambas espécies do gênero norma constitucional, revestidas da mesma dignidade e da mesma força de lei e de direito positivo, porém, com diferentes formas de concretização. Nesse rumo, para este autor, os princípios são enunciados de valores, padrões, normas impositivas de otimização, liberdade, igualdade, dignidade, democracia. São os valores políticos fundamentais de um povo, caracterizando-se pelo enorme grau de abstratização.

Nessa vertente, em sede de definição do Princípio Constitucional da Igualdade, para Jr. Silva (2002), em sua acepção mais conhecida, o Princípio da Igualdade aparece como um direito fundamental à cidadania, vez que este é um dever negativo imputado ao Estado e aos particulares, qual seja a obrigação de não discriminar. É uma obrigação negativa, a partir da qual é vedada a produção de leis e normas diversas que estabeleçam privilégios. Para esse autor, o Princípio da Igualdade seria uma proibição tácita de discriminar (diferenciar) as pessoas.

Daí, sabendo o que são Ações Afirmativas, Cotas e o Princípio Constitucional da Igualdade, Alberca (2011), afirma ser necessário questionar se tal princípio, presente na CRFB/88, pode ser aplicado ao Sistema de Cotas Brasileiro, a fim de conformá-lo como uma política pública. Isto é, é necessário saber se as Cotas podem ser justificadas pelo Princípio Constitucional da Igualdade no sentido de que

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

todos merecem as mesmas oportunidades. Bem como, para este autor, também é mister indagar se a Política de Cotas do Ensino Superior pátrio (público e privado) acaba definitivamente com um setor marginalizado ou se apenas resolve uma parcela do problema, visto que não tem força para atingir todos os setores em vulnerabilidade social.

Nesse contexto, para Bertúlio, Duarte e Silva (2011, p. 22):

Faz-se necessário combinar a proibição da segregação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade, no sentido de que ela se configure como um processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis [...] a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica na violenta exclusão e intolerância à diferença e à diversidade. O que se percebe é que a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão.

Nesse viés, Feres Júnior e Souza Neto (2008) dizem que as razões normalmente trazidas à tona para explicar a necessidade de tratamento desigual de indivíduos considerados negros, pobres, pardos e indígenas daqueles tidos como brancos e ricos nos processos seletivos para ingresso em Universidades públicas podem ser, de modo geral, resumidas em duas vertentes: a) o argumento da reparação histórica, mediante o qual a sociedade teria uma imensa dívida a pagar aos seres recebedores da discriminação legal (as Cotas) em decorrência dos séculos de escravidão e exploração a que eles (na verdade seus antepassados) teriam sido submetidos; b) o argumento da inclusão social, segundo o qual os seres discriminados pela lei (os cotistas) estariam atualmente em uma situação de exclusão social resultante de um passado gravemente discriminador e exploratório e merecem ser inclusos na sociedade.

A atual Política de Cotas para ingresso no Ensino Superior Brasileiro

Consoante Ferreira (2013), após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, o polêmico Projeto de Lei n.º 180/2008, o qual cria uma política de Ação Afirmativa nas instituições federais de ensino superior, foi sancionado pela presidenta da República, Dilma Vana Rousseff em 2012, tornando-se a Lei Federal n.º 12.711/2012. Segundo o autor, esse texto normativo é a base da Política de Cotas pátria. Por isso, a referida Lei é conhecida como 'Lei de Cotas. Em breve panorama sobre as Ações Afirmativas Educacionais, o autor revela que antes da 'Lei de Cotas', das 274 instituições federais públicas de ensino superior, apenas 84 (29,6%) já reservavam certa parcela de suas vagas para o acesso de negros, afrodescendentes, pobres etc. Segundo ele, com a nova lei, somente nas Universidades federais, cerca de 50 mil vagas para negros e indígenas serão disponibilizadas por ano.

Nesse passo, Dourado (2013) afirma que a nova 'Lei de Cotas' traz consigo um impacto inclusivo nas instituições de ensino superior, porquanto será determinante para diversificar as elites brasileiras das próximas gerações. Este autor diz que a nova 'Lei de Cotas' representa um passo importante para a democratização das políticas públicas de acesso à educação superior pública e privada. Para ele, essa lei, ao estabelecer 50% de vagas para estudantes de escolas públicas, resgata uma dívida histórica do Estado brasileiro e sua efetivação contribuirá para o estabelecimento de vínculo mais orgânico entre as instituições públicas de educação básica e de ensino superior do país. O autor acredita que a nova lei é um complemento aos programas que já existiam, como ProUni, REUNI e Pronatec.

Nessa análise global da Política de Cotas do Ensino Superior pátrio, para Ferreira (2013), é importante frisar que, com a nova 'Lei de Cotas', nenhum estudante vai entrar na Universidade sem ter conhecimentos mínimos necessários, de acordo com os critérios da instituição. Os estudantes cotistas ainda terão de ser aprovados em processos seletivos, seja vestibular ou outro método - consoante o Ministério da Educação (2012), atualmente a maioria das seleções de Universidades

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

públicas é feita por meio do Sisu com a utilização das notas do ENEM - a diferença é que os cotistas concorrerão apenas entre si.

Pereira (2012) diz ser evidente que o Sistema de Cotas aprovado não soluciona o problema estrutural da Educação Superior Brasileira (pública e privada), nem é essa sua intenção. A melhoria do ensino público, incentivos financeiros para que crianças de baixa renda permaneçam na escola, e todo tipo de mecanismo que promova a equiparação de oportunidades desde o início da educação básica são indispensáveis e necessários. Porém, para o autor, é preciso preconizar a inserção de uma geração de indivíduos marginalizados para que se inicie, efetivamente, um processo de mudança de paradigmas, bem como equiparação de oportunidades e inclusão social.

Nessa direção, Ferreira (2013) afirma que o sistema de reserva de vagas cumpre um primeiro passo, qual seja, o de tornar possível e real o sonho de um estudante de escola pública ingressar em uma Universidade pública federal, contribuindo, dessa forma, para a pluralização do ambiente acadêmico. Em um segundo momento, atinge a finalidade de oportunizar a inserção de grupos sociais historicamente marginalizados nos ambientes profissionais mais qualificados e intelectualizados do país.

Ainda para Pereira (2012) é evidente, nessa linha de pensamento, que uma comunidade acadêmica mais diversificada e plural, que espelhe fielmente os grupos existentes na sociedade, será muito mais rica e desenvolvível. Da mesma forma, um profissional formado nesse ambiente, seja ele branco, negro ou indígena, será muito mais completo, humano e conectado com a realidade de seu país. Para este autor, a Lei Federal n.º 12.711/2012 conduz as Universidades a assumirem o seu verdadeiro papel na sociedade, o qual vai muito além de simplesmente selecionar aqueles que obtêm as melhores notas no vestibular ou ENEM, devendo contribuir para a formação de uma sociedade mais plural, em que todos os grupos sociais estejam equitativamente representados, o que é fundamental para o progresso civilizatório do mundo.

A Lei Federal n.º 12.711/2012

Sancionada em agosto de 2012 e já em vigor atualmente, segundo o Ministério da Educação (2012) a 'Lei de Cotas', Lei Federal n.º 12.711/2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 Universidades Federais e 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a alunos oriundos, integralmente, do ensino médio público, de cursos regulares ou de educação de jovens e adultos. Bem como, não são inseridos alunos de baixa renda que tenham estudado como bolsistas em escolas da rede privada. Esses deverão pleitear vagas como alunos de baixa renda somente. As demais 50% das vagas continuam para a ampla concorrência.

Ainda consoante o Ministério da Educação (2012), as vagas destinadas ao preenchimento por Cotas (50% do total no Ensino Superior) são subdivididas em 2 classes: metade para estudantes provenientes de escolas públicas com renda familiar bruta (total) igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* (por cada membro da família) e metade para estudantes provenientes de escolas públicas com renda familiar bruta (total) maior a um salário mínimo e meio *per capita*. Sendo que, em cada uma dessas classes, é levado em conta o percentual mínimo atinente à soma de negros, pardos (descendentes de africanos), amarelos e índios em cada Estado da federação, de acordo com o último censo demográfico do IBGE.

Nos dizeres do Ministério da Educação (2012), no que atine ao método de constatação da 'raça' do candidato, existe certa discricionariedade e liberdade. O candidato que afirmar ser negro, pardo ou índio deve apenas se autodeclarar o que julga ser por meio de uma declaração escrita. Como ocorre no censo demográfico do IBGE, no qual os recenseadores indagam cada morador dos municípios de um Estado acerca de qual 'raça' ele acredita pertencer. Já quanto à comprovação da renda familiar, deve-se apresentar documentação comprobatória, sendo tais documentos estipulados e pormenorizados pelo próprio MEC e pelas IFES.

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

Nessa perspectiva, cumpre dizer que, conforme o Ministério da Educação (2012), a 'Lei de Cotas' já está em vigor desde agosto de 2012. Porém, foram reservadas apenas 12,5% de vagas por Cotas para o ano de 2013. A norma prevê a implantação dos 50% de forma gradual, até o ano de 2016, em qual ter-se-á metade das vagas do Ensino Superior Público Brasileiro (público e privado) preenchidas por alunos provenientes de escolas públicas que sejam negros, índios ou pardos (descendentes de africanos), em proporção de suas rendas familiares e outras especificidades.

O Decreto Federal n.º 7.824/2012

Para Meirelles (2014), Decretos, em sentido próprio e restrito, são atos administrativos da competência exclusiva dos chefes do Poder Executivo, destinados a prover situações genéricas ou individuais, abstratamente previstas de modo literal, explícito ou velado pela legislação. Para este autor, o Decreto é uma instrução que diz como uma lei será aplicada no seio da sociedade.

Nesse diapasão, segundo o Ministério da Educação (2012), o Decreto Federal n.º 7.824/2012 foi a norma editada pelo Poder Executivo Federal para regulamentar as condições gerais de reservas de vagas por Cotas em instituições de ensino superior. Isto é, a atual 'Lei de Cotas' pátria é regulamentada por esse Decreto. Há, também, a Portaria Normativa n.º 18/2012 do MEC, a qual estabelece os conceitos básicos para a aplicação da lei n.º 12.711/2012 ('Lei de Cotas'), prevê as modalidades das reservas de vagas, as fórmulas para cálculo, fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento.

A METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo do presente estudo utilizou-se como metodologia de pesquisa a leitura de bibliografia sobre o tema, bem como se efetuou cotejo e cruzamento entre pensamentos de vários autores especialistas na área. Optou-se por este método de estudo, pois, para Bastos e Keller (1997), neste tipo de pesquisa, baseada na leitura de livros ou outros tipos de documentação escrita (artigos, periódicos, dissertações, teses etc.) é factível obter-se subsídios para a interpretação e compreensão de um fenômeno ou responder a perguntas de pesquisa. Bem como, as principais características da pesquisa bibliográfica são a informalidade, a criatividade e a flexibilidade. Dessa forma, pode-se afirmar que este tipo de estudo utiliza dados secundários, isto é, dados que já foram produzidos e publicados, e, interligando-os, produz novos dados e novas possibilidades de entendimento sobre determinada temática.

A discussão

Diante desse contexto, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: como interpretar o Princípio Constitucional da Igualdade na justificativa da existência de Cotas no Ensino Superior Brasileiro do Século XXI? Em plano de resposta, verificar-se-á que, conforme a maioria dos especialistas no tema, como Bertúlio, Duarte e Silva (2011), há a possibilidade de duas principais interpretações, quais sejam: 1) todos são iguais perante a lei e, por isso, têm a mesma capacidade de ingressar no Ensino Superior. Sendo as Cotas, nesse pensar, desnecessárias e até violadoras do Princípio Constitucional da Igualdade; 2) todos são iguais perante a lei, mas, fora dela, na realidade prática da vida cambiante, não o são e, por conta de um passado escravocrata, explorador e segregacionista, devem existir medidas compensatórias para os grupos menos favorecidos na atualidade.

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

Resultados alcançados com a discussão

Basicamente, com a presente pesquisa, erigida na tipologia de exploração bibliográfica, foi possível alcançar o elencamento de argumentos a favor e contrários às Cotas no Ensino Superior Pátrio, sendo tais argumentações produzidas sobre análise das Cotas enquanto violadoras ou não do Princípio Constitucional da Igualdade.

Dessa forma, nesse prisma de argumentos, conforme se depreende dos pensamentos de Bertúlio, Duarte e Silva (2011), existe a factibilidade de duas principais interpretações, quais sejam: 1) todos são iguais perante a lei e, por isso, têm a mesma capacidade de ingressar no Ensino Superior. Sendo as Cotas, nesse pensar, desnecessárias e até violadoras do Princípio Constitucional da Igualdade; 2) todos são iguais perante a lei, mas, fora dela, na realidade da vida prática, não o são e, por conta de um passado escravocrata, explorador e segregacionista, devem existir medidas compensatórias para os grupos menos favorecidos na atualidade.

Bem como, Rodrigues (2010) afirma que os adeptos da primeira possibilidade interpretativa, com o desiderato de conformarem seu pensamento, mencionam o *caput* do Art. 5.º da CRFB/88, segundo o qual “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (EC n.º 45/2004)”. Para o autor, o qual inicia o capítulo da CRFB/88 que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, percebe-se a herança maior da Revolução Francesa - a igualdade, uma das bases que formaram a tríplice sustentadora daquela sublevação (as outras foram a liberdade e a fraternidade).

O Problema é que, segundo Jensen (2010), os adeptos dessa primeira corrente interpretativa, notoriamente contrários às Cotas, mencionam o *caput* do Art. 5.º apenas de forma pontual e literal. Aduzem, taxativamente, que 'todos são iguais perante a lei' e, por isso, não pode haver 'privilégios' para alguns no que atine ao acesso ao Ensino Superior.

Nessa focalização, para Silva (2009), as pessoas não são absolutamente iguais perante a lei, porquanto há determinadas exceções ao princípio da igualdade formuladas na própria CRFB/88, quais sejam: a) imunidades parlamentares; b) prerrogativas de foro para determinados agentes políticos; c) exclusividade do exercício de determinados cargos públicos somente a brasileiros natos; d) vedação da alistabilidade eleitoral a determinadas pessoas etc.

No mesmo raciocínio, Alberca (2011) diz que o próprio STF preconiza exceções ao Princípio da Igualdade afirmando que a igualdade perante a lei que a CRFB/88 assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no país não compreende a União e as demais pessoas de direito público, em cujo favor pode a lei conceder 'privilégios', albergados, sempre, pelo interesse público.

Na mesma planificação, Novelino (2010) diz que a doutrina vem reconhecendo que o Princípio da Igualdade traz a autorização, mesmo que implícita, para que o Estado erija tratamento desigual, desde que o faça justificadamente. Nesse caminhar, os principais argumentos contrários às Cotas são:

I) a adoção de programas desta natureza viola o princípio da isonomia, por criar discriminação reversa, ou seja, por violar o direito daqueles que não estão inseridos em determinado grupo e que, por consequência, não são beneficiados por aquelas ações; II) o sistema de cotas desprivilegia o critério republicano do mérito, segundo o qual as pessoas devem ser recompensadas de acordo com o seu esforço e aperfeiçoamento. Nesse sentido, são invocados os dispositivos constitucionais que consagram a igualdade de acesso ao ensino (CRFB, Art. 206, I) e o ingresso nos níveis mais elevados de ensino segundo a capacidade individual (CRFB, Art. 208, V); III) cada pessoa tem o direito de ser reconhecida individualmente e não como membro de um grupo ao qual pertença [...]; IV) o sistema de cotas é uma solução frágil e superficial para a real solução do problema (NOVELINO, 2010, p. 395).

Prosseguindo no raciocínio, para Bertúlio, Duarte e Silva (2011), os adeptos da segunda corrente interpretativa, para quem todos são iguais perante a lei, mas, fora dela, na realidade da vida prática, não o são e, por conta de um passado

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

escravocrata, explorador e segregacionista, devem existir medidas compensatórias para os grupos menos favorecidos na atualidade, utilizam, além do *caput* do Art. 5.º da CRFB/88, o Art.3.º do mesmo diploma para conformarem seus pensamentos. Para estes autores, aqueles mencionam o Art. 3.º, pois tal dispositivo diz que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Ou seja, alegam os favoráveis às Cotas que, embora todos sejam iguais perante a lei (Art. 5.º da CRFB/88), no Brasil há muita desigualdade social e, consoante o Art. 3.º da CRFB/88, é objetivo fundamental do País erradicar ou amenizar/reduzir tais desigualdades. Daí, infere-se que há plausibilidade neste segundo modo de interpretar o problema, pois, conforme aduz Picitelli (2009), o *caput* do Art. 5.º da CRFB/88 deve ser interpretado concomitantemente ao Art. 3.º, III.

Assim, os principais argumentos favoráveis às Cotas podem ser separados em três grupos:

I) argumentos de justiça compensatória: tentam buscar a justiça pelo passado, baseando-se na 'retificação de injustiças ou de falhas cometidas contra indivíduos no passado' (por particulares ou governo). Seu principal objetivo é a reparação de um dano por meio do resgate de uma dívida histórica, como no caso da escravidão; II) argumentos de justiça social: trata-se de um pleito de justiça no presente, que visa à 'promoção de oportunidades para aqueles que não conseguem se fazer representar de maneira igualitária'. Seriam uma espécie de reivindicação legítima que um indivíduo ou grupo poderiam fazer em relação aos benefícios, vantagens e posições que teriam conseguido, se tivessem sob condições justas; III) promoção da diversidade: a adoção de um sistema de cotas para negros, pessoas carentes ou com algum tipo de deficiência pode contribuir para o 'surgimento de uma sociedade mais diversificada, aberta, tolerante, miscigenada e multicultural'. No julgamento de um caso envolvendo a Universidade de Michigan, a Suprema Corte dos EUA considerou que as Ações Afirmativas seriam constitucionais desde que tivessem o objetivo de promover a diversidade (NOVELINO, 2010, p. 396).

Em exalações também favoráveis às Cotas, Rodrigues (2010) diz que enquanto o argumento da reparação histórica volta-se para o passado, o da inclusão social procura analisar tão somente a situação do indivíduo considerado negro, índio ou pobre na sociedade brasileira do presente. Segundo tal argumento, estes indivíduos se encontrariam, hoje em dia, em uma situação de inferioridade na disputa por vagas em Universidades públicas, pois seriam socialmente excluídos em função do que seus antepassados sofreram. Desse modo, para este autor as Cotas seriam legítimas, pois, funcionam como um instrumento de igualdade fática maior dos negros, índios, pardos e pobres em relação aos brancos e ricos nos processos de seleção para ingresso em cursos superiores.

POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO COMO INSTITUTO NÃO VIOLADOR DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE E GARANTIDOR DA MANUTENÇÃO DO PROCESSO DE MINIMIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E DEMAIS COMPORTAMENTOS SEGREGACIONISTAS

Após a análise até aqui erigida, depreende-se dos pensamentos da maioria dos especialistas na área, como Piscitelli (2009), que, em sede de observação dos elementos gerais histórico-sociais da formação da polêmica em torno da relação entre a igualdade jurídica e a existência de Cotas no Ensino Superior Brasileiro (público e privado), afastar juridicamente a condição de vulnerabilidade dos afrodescendentes, dos pobres, dos negros e dos descendentes de índios é eliminar e olvidar toda uma história de segregação étnica, não reconhecendo que as lesões (físicas e morais) causadas aos marginalizados e segregados geraram, e continuarão gerando, por muito tempo, desmedidos prejuízos. Frisa este autor ser preciso clarificar que essas lesões não são puramente abstratas como os patriarcais persistem em dizer, bem como para se observar a materialidade dessa desigualdade não é preciso forjar um exemplo complexo de situação que descreva um caso isolado, basta direcionar as retinas para a atual realidade brasileira das camadas menos favorecidas.

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

Nessa senda, para Bertúlio, Duarte e Silva (2011) é fora de dúvidas que os descendentes de brancos, negros ou brancos, trazem uma positiva experiência, sobretudo intelectual, além de herdarem, de forma visualmente superior aos negros, interessantes quantitativos de patrimônio. Para os afrodescendentes, a *contrario sensu*, não são comuns tais privilégios, servindo de consolo apenas a herança cultural, repassada de geração a geração, como a religião afro-brasileira, a qual também ainda é alvo de muita discriminação e preconceito por parte de grande quantidade da sociedade.

Em observação a essas premissas, relevante é o pensamento de Rodrigues (2010), para quem a cultura e sociedade são realidades construídas, devendo a igualdade ser ponderada pela equidade e pelas reais necessidades das pessoas. Nessa visão, para este autor, a globalização deixou as sociedades mais individualistas, minimizando drasticamente valores pautados na importância da família, da coletividade e do amor ao próximo, enquanto congênere.

Para Jensen (2010), pior ficou, quando este individualismo uniu grupos por ideais comuns de discriminar grupos diferentes, massacrando física e moralmente minorias ou majorias mais frágeis. Nesse sentido, para este autor, já teve quem sustentasse que sociedade perfeita, com força e vigor, deveria ser formada, analogicamente consoante a teoria da evolução, por 'mais fortes', que exerceriam o poder, e por 'mais fracos', inúteis, que deveriam permanecer à margem da sociedade e jogados no vale da exploração.

Conforme Rodrigues (2010), a verdade é que por muitas vezes na história, o ser humano demonstrou retrocesso intelectual, mormente no que atine à demonstração de preconceitos. O progresso do pensamento social, principalmente no Brasil, surgiu com o sistema democrático e seus dispositivos normativos de exigibilidade e determinabilidade de condições igualitárias. Sendo que tal modo de pensar veio para interromper, embora, para este autor, tenha conseguido apenas desacelerar, coercitivamente as práticas de segregacionismo e preconceito.

Nesse caminhar, é que, consoante o Ministério da Educação (2012), a adoção da atual Política de Cotas (Lei Federal n.º 12.711/2012) em instituições de ensino

superior em todo o país foi aprovada e considerada constitucional, por unanimidade, no dia 26 de abril de 2012, no plenário do STF. Com a aprovação, Universidades, faculdades e institutos federais e privados podem legalmente dedicar uma percentagem específica de suas vagas para estudantes de origem negra, parda e/ou indígena, de proveniência de escolas públicas e com renda familiar *per capita* baixa.

Dessarte, como preconiza Jensen (2010) e a maioria dos especialistas na área do direito educacional e da administração da educação, as Cotas devem ser vistas como instituto não violador do Princípio Constitucional da Igualdade e garantidor da manutenção do processo de minimização das desigualdades sociais e demais comportamentos segregacionistas. Nessa direção, conforme Piscitelli (2009), para conformar a existência de Cotas não se deve utilizar como argumento apenas o *caput* do Art. 5.º da CRFB/88 (“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza), é preciso também mencionar o Art. 3.º (Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] III - Erradicar as desigualdades sociais e regionais [...]”).

Além do que, para Novelino (2010), as Cotas devem ser provisórias, servindo apenas como igualador das oportunidades primeiras. Deve-se chegar a um certo estágio de desenvolvimento social em que tais Ações Afirmativas não sejam mais necessárias. Nesse modo de enxergar a questão, para este autor, é de elevada importância fugir do senso comum e de convicções pessoais, a fim de se observar objetivamente os resultados da Políticas de Cotas. A discriminação legal (permitida) erigida pelas Cotas é uma medida de caráter emergencial, que deve se tornar rotina na defesa do direito fundamental à igualdade de oportunidades.

Nessa visão, em análise aguda do tema, pode-se estabelecer a ideia de que:

Não há, portanto, *prima facie*, violação ao Princípio da Isonomia quando a própria Constituição pondera e reconhece a existência de grupos em situação de desvantagem social. Ademais, tão evidente é a situação do grupo negro que quando se inicia um debate sobre a discriminação em nosso país ele se torna uma referência de tal

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

modo significativa que a ideia de racismo tende a se confundir com o reconhecimento da existência da discriminação racial contra negros (BERTÚLIO, DUARTE e SILVA, 2011, p. 111).

Em mesmo modo de pensar, Bonavides (1996) diz que a Política de Cotas, para alguns, viola o Princípio da Igualdade, porquanto cria uma discriminação reversa. Viola o direito daqueles que não estão inseridos no grupo não beneficiado. Tal sustentação, para esse autor, não se mostra razoável, e defende que o Princípio da Igualdade não se resume à vertente 'formal', deve ser visto também em seu aspecto 'material', 'substancial'. Nesse sentido, reitera que é impossível tratar de forma igual pessoas que são desiguais; cidadãos que não tiveram as mesmas oportunidades e que se encontram em situação oposta, faticamente dizendo.

Para Novelino (2010), as Ações Afirmativas devem ser temporárias, e, tão logo cesse a sua necessidade, devem ser extirpadas. Portanto, infere-se daí que, para este autor, no atual momento histórico brasileiro, uma ação estatal desta natureza não viola a igualdade, ao contrário, a concretiza, na medida em que reduz as desigualdades sociais, um dos objetivos precípuos da República Brasileira.

Diz Jensen (2010), também, que outro argumento contrário às Cotas aponta ser a reserva de vagas uma medida imediatista e inapropriada, porquanto não resolve o problema de forma definitiva. Porém, tal afirmação tange a uma crítica política e não jurídica. Diz esta autora que resolver a questão definitivamente é medida a ser tomada pelo Poder Executivo, por meio de investimentos e de outros programas. Ao intérprete do Direito, da Administração e da Economia, cabe dizer como se concretiza o direito fundamental à igualdade e à dignidade da pessoa humana, tendo por base a realidade fática do presente. Assim, para esta autora, por óbvio, o problema tem que ser resolvido nas searas inferiores, em especial no ensino fundamental e médio, para que todos cheguem aos processos seletivos em igualdade de condições.

Arrematando, diz Novelino (2010, p. 396-397) que:

Em síntese conclusiva, parece-nos que, sob uma perspectiva jurídica, as ações afirmativas representam uma evolução do princípio da igualdade em seu aspecto substancial. São medidas tomadas com o intuito de implementar um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: a redução das desigualdades sociais (CF, art. 3º, III). Nessa perspectiva, representam uma tentativa do Estado no sentido de restaurar o equilíbrio social promovendo a concretização do princípio isonômico. Com efeito, não há qualquer impedimento constitucional à adoção das ações afirmativas, desde que pautadas por critérios justificáveis, objetivos, razoáveis, proporcionais e adequados aos fins almejados. Do ponto de vista das políticas públicas, ainda que o sistema de cotas (reserva de vagas) não seja a solução mais justa e adequada para resolver o problema de forma definitiva, não se pode fechar os olhos para a realidade atual daqueles que não tiveram igualdade real de condições e oportunidades para alcançar determinadas posições na sociedade.

Portanto, infere-se do pensamento dos autores mencionados que **a Ação Afirmativa do tipo Cotas para ingresso ao Ensino Superior Brasileiro (público e privado)** é elevadamente importante, porquanto solidifica a dignidade da pessoa humana, valor constitucional supremo e fundamento da República Federativa do Brasil, bem como **não viola do Princípio Constitucional da Igualdade, pois este refere-se somente a uma igualdade formal e há, além disso, uma igualdade material que deve ser ambicionada e buscada, qual seja aquela da realidade prática da vida.** Ou seja, depreende-se do cotejo e cruzamento entre os pensamentos dos autores mencionados que a melhor interpretação do Princípio Constitucional da Igualdade na justificativa da existência de Cotas no Ensino Superior Brasileiro (público e privado) do século XXI é a de que todos são iguais perante a lei, mas, por razões diversas, é preciso também que todos tenham as mesmas oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo integral analisar acurada e pormenorizadamente a atual Política de Cotas do Ensino Superior Brasileiro (público e privado)

Iusgentium, v.12, n.6 - jul/dez 2015

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

e privado), com especial análise das possíveis interpretações aplicáveis ao Princípio Constitucional da Igualdade coadunáveis à temática.

Como resposta ao problema de pesquisa, que investigou como interpretar o Princípio Constitucional da Igualdade na justificativa da existência de Cotas no Ensino Superior Brasileiro no Século XXI, os resultados encontrados por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa, com estudo agudo de obras de especialistas na área e cotejo e cruzamento entre os pensamentos de tais autores, indicam que a Política de Cotas do Ensino Superior Brasileiro (público e privado), como Ação Afirmativa estatal, não é um instituto violador do Princípio Constitucional da Igualdade e é garantidora da manutenção do processo de minimização das desigualdades sociais e demais comportamentos segregacionistas.

Portanto, pode-se inferir, após a conclusão da pesquisa, que, inafastavelmente, existem duas concepções pertinentes à interpretação do Princípio Constitucional da Igualdade face à Política de Cotas Brasileira para ingresso no Ensino Superior, quais sejam: a) Todos são iguais perante a lei e, portanto, devem (ou deviam) ter a mesma capacidade intelectual para ingressar no Ensino Superior Brasileiro. Assim, não é necessário haver Cotas, porquanto estas, em si mesmas, seriam uma elevada ofensa ao Princípio Constitucional da Igualdade. Isto é, Cotas endossariam uma desigualdade; b) Todos são iguais perante a lei, mas a história do Brasil privou certo fragmento da sociedade de obter conhecimento intelectual e desenvolvimento social, fato que ocasionou relevante inferiorização na capacidade desta parcela de ingressar no Ensino Superior Brasileiro em face da outra parcela proveniente das elites.

As inferências acima descritas devem ser analisadas dentro de seu contexto, considerando algumas limitações do estudo. Os resultados não são conclusivos, porquanto o que se pode dizer, apenas, é que sim é preciso haver Cotas, visto que estas fazem justiça ao passado pátrio. Nessa perspectiva, uma leitura acurada e percuciente de todo o amplexo do presente trabalho revela que a interpretação mais adequada às realidades do século XXI é a aventada no item “b” supra. É tanto que, a 'Lei de Cotas' surgiu, existe, foi aprovada e está em vigor.

O propósito do presente trabalho foi proporcionar novas discussões sobre o tema Cotas no Ensino Superior, pois, em sentido *lato, prima facie*, pode-se pensar ser um fato óbvio a necessidade de haver Cotas para ingresso na Educação Superior Brasileira. Mas, este trabalho objetivou descortinar as nuances existentes nas opiniões contrárias às Cotas, mormente as teorias que propalam haver violação ao Princípio Constitucional da Igualdade, sob a ótica de que o que impede os negros, os pobres, os índios e os afrodescendentes de ingressarem na Universidade é a mesma coisa que impede os brancos pobres de fazerem o mesmo caminho, qual seja: a pobreza.

Percebeu-se que há a possibilidade de aprofundamento sobre o tema, pois, para todos os seus destinatários (brancos, negros, índios, pardos, afrodescendentes e pobres) as Ações Afirmativas devem começar com boas escolas públicas, assegurando-se, também, aos alunos o direito de alimentar-se saudavelmente e desfrutar do mesmo respeito dos professores e administradores do ensino.

Uma proposta para estudos futuros, de modo a garantir maior robustez à discussão, é a realização de pesquisa que vise aperfeiçoar o problema pesquisado, como *entronar* a ideia de que, dada a provisoriedade das Cotas, é mister se pensar em manter, no futuro, as Cotas para pobres, porquanto sempre haverá pobres e seres humanos explorados. Só o fato de ser negro, pardo ou índio não torna alguém incapaz de frequentar boas escolas, alimentar-se bem, ter saúde e amparo familiar que o preparem para vencer os exames vestibulares e o ENEM. Há famílias negras de classe média, com bons rendimentos, e nível cultural elevado, embora seja sabido que o legado da escravidão ainda pesa sobre a comunidade negra, pobre e indígena.

REFERÊNCIAS

ALBERCA, José Fernando Luján. **Princípio da Igualdade e Política de Cotas na Universidade**. Brasília: Editora da UNB, 2011.

*POLÍTICA DE COTAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
PERCUCIENTE IN FACIEM DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA
IGUALDADE*

BASTOS, C.; KELLER, V. **Introdução à metodologia científica**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BERTÚLIO, D. L. de L.; DUARTE, E. C. P.; SILVA, P. V. B. da. **Cotas Raciais no Ensino Superior: Entre o Jurídico e o Político**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Educação**. Lisboa: Almodina, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Cotas: desafios, acesso e permanência**. Artigo. Rio de Janeiro: Revista Fórum, 2013.

DUARTE, Clarice Seixas. **A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo**. Brasília: Incra/MDA. v. 7, 2009.

FERREIRA, Renato. **A polêmica das Cotas nas Instituições Federais de Ensino**. Artigo. Rio de Janeiro: Revista Fórum, 2013.

FERES JÚNIOR, João; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Ação Afirmativa: Normatividade e Constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa e o Princípio Constitucional da Igualdade: O Direito como Instrumento de Transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

JENSEN, Geziela. **Política de Cotas Raciais em Universidades Brasileiras: Entre a Legitimidade e a Eficácia**. Curitiba: Juruá, 2010.

Jr. SILVA, Hédio. **Direito de Igualdade Racial**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 40. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Entenda as Cotas para quem estudou todo o Ensino Médio em Escolas Públicas**. Set. 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 19 mar. 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Método, 2010.

PEREIRA, Gustavo Leonardo Maia. **Lei de cotas nas universidades: constitucionalidade e necessidade**. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3365, 17 set. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22632>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

PISCITELLI, Rui Magalhães. **O Estado como Promotor de Ações Afirmativas e a Política de Cotas para Acesso de Negros à Universidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Ação Afirmativa: o Conteúdo Democrático do Princípio da Igualdade**. Brasília: Revista de Informação, n. 131, p. 283-295, jul/set, 1996.

RODRIGUES, Eder Bonfim. **Ações Afirmativas e o Princípio da Igualdade no Estado Democrático de Direito**. Curitiba: Juruá, 2010.

WANDERLEY, Rogério Sintônio. **A Política de Afirmação Étnica em Face do Princípio Constitucional da Isonomia**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007.